



# **Ferrovia Centro-Atlântica S.A.**

## **Demonstrações Contábeis em 31/12/2009**

**Gerência de Controle Contábil**



## Índice

<b>A – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>4</b>
<b>1 – BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO .....</b>	<b>4</b>
<b>2 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....</b>	<b>6</b>
<b>3 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>7</b>
<b>4 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....</b>	<b>8</b>
<b>5 – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....</b>	<b>9</b>
<b>6 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008.....</b>	<b>10</b>
6.1 – Contexto Operacional.....	10
6.2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	11
6.3 – Descrição das principais práticas contábeis adotadas.....	11
6.4 – Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor .....	15
6.5 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	16
6.6 – Partes Relacionadas.....	17
6.7 – Estoques.....	18
6.8 – Tributos a recuperar.....	19
6.11 - Investimentos.....	23
6.12 – a) Imobilizado.....	23
6.12 – b) Intangível.....	24
6.13 – Arrendamentos e concessões a pagar.....	25
6.14 – Receitas Diferidas.....	26
6.15 – Patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	26
6.16 – Previdência Complementar .....	26
6.17 – Cobertura de Seguros.....	28
6.18 – Instrumentos Financeiros.....	28
<b>7 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>8 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES .....</b>	<b>44</b>
<b>9 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....</b>	<b>45</b>



## A – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1 – BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2009	2008	2009	2008
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.5	30.177	98.274	30.177	98.274
Contas a receber de clientes		43.175	47.461	43.175	47.461
Partes Relacionadas	6.6	23.827	22.104	23.827	22.104
Estoques	6.7	63.109	73.313	63.109	73.313
Tributos a recuperar	6.8	70.867	22.105	70.867	22.105
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	6.13	1.825	1.825	1.825	1.825
Outras despesas antecipadas		5.514	7.539	5.514	7.539
Outros		11.216	16.280	11.216	16.280
		249.710	288.901	249.710	288.901
Não circulante					
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	6.13	28.590	30.414	28.590	30.414
Depósitos judiciais	6.9	85.391	66.361	85.391	66.361
Tributos a recuperar	6.8	5.086	7.132	5.086	7.132
Contas a receber de empresas ligadas	6.6	708	4.437	314	4.042
Contas a receber da RFFSA	6.9(a)	9.370	9.370	9.370	9.370
Imobilizado	6.12(a)	1.695.987	1.636.634	1.695.987	1.636.634
Intangível	6.12(b)	37.710	41.116	37.710	41.116
		1.862.842	1.795.464	1.862.447	1.795.069
Total do ativo		2.112.552	2.084.365	2.112.157	2.083.970
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores - Terceiros		35.783	30.886	35.783	30.886
Partes Relacionadas	6.6	51.460	41.032	51.460	41.032
Impostos, taxas e contribuições a recolher		9.551	12.700	9.551	12.700
Salários e obrigações sociais		27.291	22.999	27.291	22.999
Arrendamento e concessões a pagar	6.13	30.959	31.135	30.959	31.135
Provisões Operacionais		7.490	7.799	7.490	7.799
Outros		13.408	4.132	13.408	4.132
		175.942	150.683	175.942	150.683
Não circulante					
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.6	1.789.841	1.789.841	1.789.841	1.789.841
Obrigações Fiscais		30.067	34.214	30.067	34.214
Contas a pagar às empresas ligadas	6.6	68.075	55.509	67.680	55.114
Provisões Operacionais		19.429	12.683	19.429	12.683
Provisão para contingências	6.9	90.842	106.979	90.842	106.979
Receitas Diferidas	6.14	5.231	5.548	5.231	5.548
		2.003.485	2.004.774	2.003.090	2.004.379
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	6.15				
Capital social		1.130.199	1.130.199	1.130.199	1.130.199
Prejuízos acumulados		(1.197.074)	(1.201.291)	(1.197.074)	(1.201.291)
		(66.875)	(71.092)	(66.875)	(71.092)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		2.112.552	2.084.365	2.112.157	2.083.970

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 2 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de Reais, exceto lucro por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
<b>Receita bruta de serviços</b>		818.161	908.180	818.161	908.180
Impostos sobre serviços		(139.553)	(158.526)	(139.553)	(158.526)
<b>Receita líquida dos serviços</b>		<u>678.608</u>	<u>749.654</u>	<u>678.608</u>	<u>749.654</u>
Custo operacional		(442.494)	(474.783)	(442.494)	(474.783)
Depreciação e amortização		(88.856)	(79.703)	(88.856)	(79.703)
Despesas de arrendamento e concessão		(130.928)	(127.878)	(130.928)	(127.878)
<b>Custo dos serviços prestados</b>		<u>(662.279)</u>	<u>(682.364)</u>	<u>(662.279)</u>	<u>(682.364)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>16.330</u>	<u>67.290</u>	<u>16.330</u>	<u>67.290</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas		(117)	(6.425)	(117)	(6.425)
Gerais e administrativas		(40.548)	(21.818)	(40.548)	(21.818)
Depreciação e amortização		(6.853)	(6.547)	(6.853)	(6.547)
Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões		22.355	10.575	22.355	10.575
Outras receitas, líquidas		5.693	13.138	5.695	13.138
		<u>(19.470)</u>	<u>(11.077)</u>	<u>(19.470)</u>	<u>(11.077)</u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>		<u>(3.140)</u>	<u>56.213</u>	<u>(3.140)</u>	<u>56.213</u>
<b>Resultado financeiro</b>					
Despesas financeiras		(3.202)	(5.949)	(3.202)	(5.949)
Receitas financeiras		6.227	16.049	6.227	16.049
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		4.332	(6.844)	4.332	(6.844)
		<u>7.357</u>	<u>3.256</u>	<u>7.357</u>	<u>3.256</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>4.217</u>	<u>59.469</u>	<u>4.217</u>	<u>59.469</u>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	6.10		(2.455)		(2.455)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>4.217</u></u>	<u><u>57.014</u></u>	<u><u>4.217</u></u>	<u><u>57.014</u></u>
Lucro líquido por lote de milhão de ações do capital social no fim do exercício - R\$		<u>0,04</u>	<u>0,57</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



### 3 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### (Controladora)

Em milhares de Reais

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b>	<b><u>1.130.199</u></b>	<b><u>(1.258.305)</u></b>	<b><u>(128.106)</u></b>
Lucro líquido do exercício		57.014	57.014
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>	<b><u>1.130.199</u></b>	<b><u>(1.201.291)</u></b>	<b><u>(71.092)</u></b>
Lucro líquido do exercício		4.217	4.217
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b><u>1.130.199</u></b>	<b><u>(1.197.074)</u></b>	<b><u>(66.876)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 4 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido do período	4.217	57.014	4.217	57.014
<b>Ajustes:</b>				
Depreciação e amortização	95.709	86.250	95.709	86.250
Provisão (reversão) para perdas e contingências	(16.137)	(2.384)	(16.137)	(2.384)
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial	(50)	(177)	(50)	(177)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825	1.825	1.825
Perdas na alienação de bens do imobilizado	5.571	7.109	5.571	7.109
Receitas diferidas	(317)	(317)	(317)	(317)
	<b>90.818</b>	<b>149.320</b>	<b>90.818</b>	<b>149.320</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber Empresas ligadas	2.005	(10.247)	1.080	(10.247)
Contas a receber Terceiros	4.286	4.339	5.211	4.339
Estoques	10.204	7.917	10.204	7.917
Tributos a recuperar	(46.716)	7.607	(46.716)	7.607
Outras despesas antecipadas	2.025	(3.296)	2.025	(3.296)
Depósitos judiciais e garantias	(19.030)	(1.264)	(19.030)	(1.264)
Outros ativos	5.064	1.260	5.064	1.260
Fornecedores - Empresas ligadas	22.993	17.293	22.993	17.293
Fornecedores - Terceiros	4.947	(7.554)	4.947	(7.554)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(7.296)	(862)	(7.296)	(862)
Salários e obrigações sociais	4.292	(4.205)	4.292	(4.205)
Provisões Operacionais	6.438	(3.141)	6.438	(3.141)
Arrendamento e concessões a pagar	(176)	3.949	(176)	3.949
Outros passivos	9.276	(4.480)	9.276	(4.480)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>89.130</b>	<b>156.636</b>	<b>89.130</b>	<b>156.636</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Compra de ativo imobilizado e intangível	(157.227)	(170.215)	(152.634)	(170.215)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(157.227)</b>	<b>(170.215)</b>	<b>(152.634)</b>	<b>(170.215)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(68.097)</b>	<b>(13.579)</b>	<b>(68.097)</b>	<b>(13.579)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	98.274	111.853	98.274	111.853
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.177	98.274	30.177	98.274

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 5 – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Receitas</b>				
Vendas Brutas de serviços	818.161	908.180	818.161	908.180
Outras Receitas	66.039	54.656	66.039	54.656
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	627	(1.678)	627	(1.678)
	<b>884.827</b>	<b>961.158</b>	<b>884.827</b>	<b>961.158</b>
<b>Menos: Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos dos Serviços Vendidos	(181.786)	(165.949)	(181.786)	(165.949)
Materiais, Energia, Serviços de terceiros e outros	(438.737)	(447.132)	(438.737)	(447.132)
Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões	22.355	10.575	22.355	10.575
Outros	(14.144)	(18.726)	(14.144)	(18.726)
	<b>(612.312)</b>	<b>(621.232)</b>	<b>(612.312)</b>	<b>(621.232)</b>
<b>Valor Adicionado bruto</b>	<b>272.515</b>	<b>339.926</b>	<b>272.515</b>	<b>339.926</b>
Depreciação, amortização e exaustão	(95.709)	(86.250)	(95.709)	(86.250)
<b>Valor Adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>176.806</b>	<b>253.676</b>	<b>176.806</b>	<b>253.676</b>
<b>Valor Adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	10.559	16.049	10.559	16.049
	<b>10.559</b>	<b>16.049</b>	<b>10.559</b>	<b>16.049</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>187.365</b>	<b>269.725</b>	<b>187.365</b>	<b>269.725</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal e encargos				
Remuneração Direta	81.893	75.320	81.893	75.320
Benefícios	28.789	23.150	28.789	23.150
F.G.T.S.	8.929	7.794	8.929	7.794
Outros Gastos com pessoal	2.957	1.339	2.957	1.339
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	46.174	65.082	46.174	65.082
Estaduais	11.176	27.224	11.176	27.224
Municipais	28	10	28	10
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	3.202	12.792	3.302	12.792
Lucros Retidos	4.216	57.014	4.217	57.014
<b>Valor Adicionado distribuído</b>	<b>187.365</b>	<b>269.725</b>	<b>187.365</b>	<b>269.725</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## **6 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **6.1 – Contexto Operacional**

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996 a FCA obteve a concessão, até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante “RFFSA”), determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos, dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 6.12 (a). A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada da Vale S.A. (VALE) - como a única controladora da FCA.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.197.074 em decorrência dos prejuízos nas suas operações até 31 de dezembro de 2006, os quais vinham sendo financiados substancialmente por seus acionistas. A Administração vem implementando ações visando a melhoria da margem operacional, compreendendo reduções de custos e melhoria de sua eficiência operacional (inclusive através de investimentos em ativo fixo). Embora o resultado de 2009 tenha sido impactado efeitos da crise mundial ocorrida no final de 2008, a Companhia apresentou reflexos substanciais das ações de melhoria nos anos de 2008 e 2007, podendo estes serem observados na geração de caixa que dispensa recorrer a controladora e ou a terceiros. A Administração entende que, com base nas suas estimativas e projeções, as medidas implementadas deverão permitir a manutenção de resultados positivos nas operações futuras.





## **6.2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de janeiro de 2010.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 6.4 a seguir.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

## **6.3 – Descrição das principais práticas contábeis adotadas**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas abaixo. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **a) Critérios de Consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

### **c) Instrumentos financeiros**

#### **Classificação e Mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.



## **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

### **Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

#### **d) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e ou vendas de materiais no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes normalmente são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por serem irrelevantes.

#### **e) Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

#### **f) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**



As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (Nota 6.10(a)).

#### **g) Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados são reconhecidos pelo seu custo histórico e estão sendo amortizados considerando o limite do período de vigência do contrato de arrendamento.

A depreciação de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Receitas, líquidas"

As taxas anuais de depreciação e amortização estão apresentadas na nota 6.12.

#### **h) Intangível**

##### **1) Direitos de Concessão**

Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026 (Nota 6.12 (b)).

##### **2) Softwares adquiridos e Licenças**

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esse custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

#### **i) Redução ao valor recuperável de ativos**



O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

#### **j) Concessões e arrendamentos**

Conforme descrito na Nota 6.4, o ICPC01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela CVM em dezembro de 2009, que tratar do tema das concessões, terá aplicação para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as de 2010 para fins de comparação. Tendo em vista que a FCA decidiu por não adotar antecipadamente esse normativo, bem como não concluiu as análises dos impactos dessa nova prática contábil sobre as suas demonstrações contábeis, a Companhia decidiu por manter a prática contábil que vinha adotando em exercícios anteriores.

Dessa forma, as concessões e os arrendamentos a pagar são apropriados mensalmente ao resultado com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão e do último aniversário.

#### **k) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

#### **l) Obrigações de pensão**

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

#### **m) Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contra prestação recebida ou a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia, sendo reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.



A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva.

#### **6.4 – Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais.

As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as demonstrações contábeis da Companhia de forma mais relevante, sendo a principal delas a que se refere à contabilização do contrato de concessão celebrado com a União (Nota 6.1). Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, e atualmente encontra-se em processo de análises dos impactos decorrentes da aplicação das mesmas sobre as suas demonstrações contábeis. Especificamente no caso do ICPC 01 – Contratos de concessão, a Companhia vem acompanhando a evolução desse tema no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

##### **(a) Pronunciamentos**

###### **. CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes**

Determina os critérios de reconhecimento e as bases de mensuração relacionadas a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assim como os requerimentos mínimos de divulgação nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

###### **. CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis**

Defini a base para a apresentação de demonstrações contábeis, inclusive as separadas e consolidadas, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

###### **. CPC 27 - Ativo imobilizado**

Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, bem como a divulgação das mutações nesse investimento e das informações que permitam o entendimento e a análise desse grupo de contas. Os principais pontos a serem considerados na contabilização dos ativos imobilizados são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e as perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

###### **. CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade**

Aplica-se, basicamente, às demonstrações contábeis consolidadas, no sentido de garantir que as primeiras demonstrações contábeis consolidadas de uma entidade de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board (IFRSs - *International Financial Reporting Standards*) e as divulgações contábeis intermediárias para os períodos parciais cobertos por essas demonstrações contábeis contenham informações de alta qualidade.

###### **. CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração**

Disciplina o reconhecimento e a mensuração de operações realizadas com instrumentos financeiros (incluindo derivativos), devendo ser aplicado a todos os tipos de instrumentos financeiros, com algumas



exceções, previstas no referido Pronunciamento. Define, dentre outros, os seguintes termos (i) derivativos, (ii) categorias de instrumentos financeiros, (iii) contrato de garantia financeira, (iv) custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro, (v) método da taxa de juros efetiva, (vi) valor justo e (vii) derivativo embutido.

. CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação

Requer que as entidades apresentem evidenciações em suas demonstrações financeiras que permitam que os usuários avaliem a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da entidade; a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta; e a forma pela qual a entidade gerencia esses riscos.

(b) Interpretações

. ICPC 01 - Contratos de concessão

Orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

. ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28

Trata de alguns assuntos relativos à implementação inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 28 - Propriedade para Investimento, CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 40. Dentre outros temas, aborda a questão da utilização das taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem, entretanto, considerar a prática de (i) revisão periódica obrigatória das estimativas de vida útil e (ii) determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado segundo o Pronunciamento Técnico CPC 27.

## 6.5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstração do fluxo de caixa os equivalentes de caixa incluem as aplicações financeiras como abaixo:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Caixa e Bancos	7.686	9.230
Aplicações Financeiras	22.490	89.044
	<b>30.177</b>	<b>98.274</b>

As aplicações financeiras estão assim demonstradas:

- a) R\$ 1.565 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 63.964) referem-se às disponibilidades mantidas na VALE para atender ao sistema de caixa único centralizado adotado no Grupo. Esse saldo demonstra o valor aplicado acrescido de rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- b) R\$ 20.925 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 25.080) referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, que estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.





## 6.6 – Partes Relacionadas

A Companhia é controlado pela VALE, que através de sua controlada Mineração Tacumã Ltda. detém 99,99% do capital total da FCA. Os 0,01% remanescentes das ações são detidos por outros acionistas.

As transações entre partes relacionadas foram pactuadas em condições normais de mercado para operações semelhantes.

										31/12/2009
Ativo				Passivo			Custos e Despesas			Resultado
Circulante		Não Circulante		Circulante	Não Circulante					Receitas
Disponibilidades	Créditos com pessoas ligadas	Créditos com pessoas ligadas	Compras de Imobilizado	Dívidas com empresas ligadas	Dívidas com empresas ligadas	Adiantamento para futuro aumento de capital	Custo de Intercambio de locos e vagões	Despesas com Processos de suporte	Receita bruta de vendas e/ou serviços	Financeiro
Cia Coreano Brasileira de Pelotização - KOBASCO	4								-	
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBAS	100								31	
Cia Italo Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	1.429								-	
Cia Nipo Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	0								-	
Vale S/A	1.565	12.890	314	25.117	51.322	68.075	9.850	15.921	69.364	1.925
Valia		5							-	
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD		33							554	
Pasa				137					-	
Mineração Tacumã Ltda.		-				1.789.841			-	
Mineração Andirá Ltda		3							-	
Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR		-							2	
MRS Logística S/A		407							5.198	
SL Serviços Logísticos S/A		-	394						-	
Log-in Logística Intermodal S/A		5.844		-					27.937	
Rio Doce Manganês - RDM		3.113							4.417	
Samarco Mineração S/A		-							34	
<b>Total</b>	<b>1.565</b>	<b>23.827</b>	<b>708</b>	<b>25.117</b>	<b>51.459</b>	<b>1.789.841</b>	<b>9.850</b>	<b>15.921</b>	<b>107.537</b>	<b>1.925</b>

										31/12/2008
Ativo				Passivo			Custos			Resultado
Circulante		Não Circulante		Circulante	Não Circulante					Receitas
Disponibilidades	Créditos com pessoas ligadas	Créditos com pessoas ligadas	Compras de Imobilizado	Dívidas com empresas ligadas	Dívidas com empresas ligadas	Adiantamento para futuro aumento de capital	Custo de Intercambio de locos e vagões	Receita bruta de vendas e/ou serviços	Financeiro	
Cia Coreano Brasileira de Pelotização - KOBASCO	4							1.069		
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBAS	556							1.272		
Cia Italo Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	1.511							2.212		
Cia Nipo Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	81							1.740		
Vale S/A	63.964	10.273	4.043	38.094	38.532	55.509	18.981	173.181	8.764	
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD		12						289		
Mineração Tacumã Ltda.						1.789.841				
Mineração Andirá Ltda		3						3		
Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR								2		
MRS Logística S/A		37						4.561		
SL Serviços Logísticos S/A			394							
Log-in Logística Intermodal S.A.		7.774		2.500				28.076		
Rio Doce Manganês - RDM		1.852						8.924	14	
Samarco Mineração S/A								32		
<b>Total</b>	<b>63.964</b>	<b>22.104</b>	<b>4.437</b>	<b>38.094</b>	<b>41.032</b>	<b>1.789.841</b>	<b>18.981</b>	<b>221.361</b>	<b>8.778</b>	



As disponibilidades representam os valores que a FCA tem de crédito em função do sistema de caixa único centralizado adotado no Grupo Vale.

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela empresa, de seu acionistas controlador, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social.

Os intercambios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

Na receita bruta de vendas de serviços é registrado o valor dos serviços prestados pela FCA.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso.

## 6.7 – Estoques

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Almoxarifado de Tubarão – ES	202	6.458
Almoxarifado de Divinópolis – MG	32.987	33.678
Almoxarifado de Alagoinhas - BA	5.932	8.981
Almoxarifado de Uberaba – MG	6.839	10.162
Almoxarifado de Paulinea – SP	3.008	4.267
Almoxarifado de Araguari – MG	1.697	2.301
Almoxarifado de Lavras – MG	2.212	2.350
Almoxarifado de Montes Claros - MG	967	1.801
Outros almoxarifados	9.533	6.355
Provisão para perdas em itens de estoque	(268)	(3.040)
	<b>63.109</b>	<b>73.313</b>





## 6.8 – Tributos a recuperar

	Controladora e consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008
ICMS a recuperar	15.376	10.311
Imposto de renda retido na fonte	2.244	1.751
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.817	5.519
PIS e COFINS a compensar	44.406	11.650
IOF a recuperar	102	
INSS a recuperar	7	6
<b>Tributos a recuperar - total</b>	<b>75.953</b>	<b>29.237</b>
<b>Tributos a recuperar - não circulante</b>		
ICMS a recuperar	2.732	1.249
PIS e COFINS a compensar	2.354	5.883
<b>Tributos a recuperar - não circulante</b>	<b>5.086</b>	<b>7.132</b>
<b>Tributos a recuperar - circulante</b>	<b>70.867</b>	<b>22.105</b>

A Companhia identificou créditos fiscais referentes a pagamentos feitos a maior de PIS e COFINS no montante de R\$ 46 milhões, referente ao período de 1º. de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2009, decorrente das entradas fiscais de materiais e insumos necessários a sua atividade preponderante. Os registros foram feitos nas rubricas tributos a recuperar R\$ 46 milhões, com contra-partida em custos (R\$ 12 milhões), outras receitas operacionais (R\$ 30 milhões) e receitas financeiras (R\$ 4 milhões).

## 6.9 – Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Controladora e consolidado			
	2009		2008	
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para Contingências
Tributárias		213		
Trabalhistas	74.831	56.924	59.592	70.263
Cíveis	3.598	27.172	13	31.078
SESI	6.962		6.756	
Ambientais		6.533		5.638
	<b>85.391</b>	<b>90.842</b>	<b>66.361</b>	<b>106.979</b>

De acordo com o Edital de Privatização, a RFFSA continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica, obrigando-se a indenizar à Companhia os valores que esta venha a pagar decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da assinatura do contrato de concessão, em 28 de agosto de 1996, mesmo quando reclamados ou objeto de decisão judicial posterior.

### a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações trabalhistas cujas pretensões são total ou parcialmente de responsabilidade da RFFSA, de acordo com os termos do contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes.



Em 31 de dezembro de 2009, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam aproximadamente R\$ 107.000 (31 de dezembro de 2008 – aproximadamente R\$ 145.000). Desse montante, R\$ 50.642 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 74.715) referem-se a contingências de responsabilidade da RFFSA, sendo o montante de R\$ 56.924 (31 de dezembro de 2008 – R\$ 70.263) de responsabilidade da FCA de acordo com os termos do Contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, e com o Edital de Desestatização.

O valor a receber da RFFSA, no montante de R\$ 9.370 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, classificado na rubrica “Contas a Receber da RFFSA” no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da RFFSA.

#### **b) Cíveis**

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total aproximado de R\$ 24.000 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 28.000).

A Companhia provisionou o valor de R\$ 3.273 referente a multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não-conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão da totalidade dos valores contingentes com expectativa de perda provável.

#### **c) SESI**

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como remota a possibilidade de perda, a Companhia não constitui provisão para perda nesse processo.

#### **d) Tributárias**

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 213.

#### **e) Ambientais**

Baseado no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou R\$ 6.533 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 5.638) referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

#### **f) Contingências possíveis não provisionadas**

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 638.000 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 539.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da RFFSA.

A seguir apresentamos a composição destas contingências por natureza:



	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Trabalhistas	118.000	89.000
Cíveis	358.000	313.000
Tributárias	110.000	92.000
Ambientais	52.000	45.000
	<b>638.000</b>	<b>539.000</b>

## 6.10– Imposto de renda e contribuição social

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	2.044	2.200
Provisão para perda de estoques	67	760
Provisão para contingências	22.657	26.745
Outras provisões	8.071	8.776
Prejuízo fiscal	273.266	268.766
	<b>306.104</b>	<b>307.247</b>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	736	792
Provisão para perda de estoques	24	274
Provisão para contingências	8.157	9.628
Outras provisões	2.906	3.159
Base negativa	98.963	97.032
	<b>110.786</b>	<b>110.885</b>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>416.890</b>	<b>418.132</b>
Provisão para realização dos impostos diferidos	<b>(416.890)</b>	<b>(418.132)</b>
Prejuízo Fiscal para Imposto de Renda	1.093.062	1.074.959
Base Negativa da Contribuição Social	1.099.594	1.078.039

Em atendimento à Instrução CVM nº 371/ 2002, a Companhia constituiu provisão sobre a totalidade dos créditos fiscais decorrentes de imposto de renda e contribuição social diferidos, principalmente em função da FCA ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.

### b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social



Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 são demonstrados como segue:

	Controladora e Consolidado			
	2009		2008	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	4.217	4.217	59.469	59.469
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	34		(831)	
Despesas não dedutíveis	1	1	324	312
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida	(16.137)	(16.137)	(39.984)	(39.984)
Constituição (reversão) de provisão para perdas com ICMS, líquida	(8.838)	(8.838)	2.229	2.229
Constituição (reversão) de provisão para perdas de materiais, líquida	(2.772)	(2.772)	(9.168)	(9.168)
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	6.438	6.438	(3.141)	(3.141)
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	(627)	(627)	1.677	1.677
Compensação de prejuízos fiscais (30%)			(3.173)	(3.418)
Base de cálculo	(17.684)	(17.718)	7.403	7.977
Imposto de Renda e Contribuição Social - (alíquotas efetivas)	(4.421)	(1.595)	1.827	718
Incentivos Fiscais			(90)	
Constituição de provisão (*)	4.421	1.595		
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado do exercício			1.737	718

(\*) Conforme nota 6.9 (a) a Companhia não vem registrando os créditos fiscais diferidos.

### c) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Empresa optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.



## 6.11 - Investimentos

**SL Serviços Logísticos Ltda.** - A controlada está com as operações paralisadas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 totalizava o montante de R\$ 394, registrado na rubrica Provisões Operacionais no Passivo Circulante.

## 6.12 – a) Imobilizado

		Controladora e consolidado			
		31/12/2009		31/12/2008	
	Taxas médias anuais de depreciação e amortização	Custo histórico	Depreciação amortização	Líquido	Líquido
<b>Bens em operação (ii)</b>					
Imóveis	2,6%	1.988	(316)	1.672	1.726
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5,55%	3.827	(1.233)	2.594	2.782
Equipamentos autônomos	10,4%	19.349	(9.492)	9.857	11.489
Veículos	28,64%	5.730	(5.628)	102	584
Bens administrativos/auxiliares	10%	6.477	(3.419)	3.058	3.716
Equipamentos e aplicativos de informática	20%	20.314	(12.419)	7.895	3.843
Ferrovia	5,62%	589.603	(121.562)	468.041	433.737
Outros Ativos	10%	3	0	3	3
		647.291	(154.069)	493.222	457.880
<b>Benfeitorias em propriedades arrendadas(i)</b>					
Imóveis	2,6%	70.105	(9.774)	60.331	61.565
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5,55%	7.979	(1.854)	6.125	6.523
Equipamentos autônomos	10,4%	7.096	(4.256)	2.840	3.342
Veículos	28,6%	19	(19)		
Bens administrativos/auxiliares	10%	23	(18)	5	8
Ferrovia	5,62%	1.308.796	(394.086)	914.710	907.537
		1.394.018	(410.007)	984.011	978.975
Terrenos		1.142		1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado		0		0	1.660
Imobilizado em curso		217.930		217.930	201.887
Provisão para baixa de ativo		(318)		(318)	(4.910)
		218.754		218.754	199.779
		<b>2.260.063</b>	<b>(564.076)</b>	<b>1.695.987</b>	<b>1.636.634</b>

- (i) As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a RFFSA. O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada está limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.



- (ii) A Companhia nomeou bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de aproximadamente R\$ 63.300 em 31 de dezembro de 2009 (31 de dezembro de 2008 – aproximadamente R\$ 62.300).

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está sumarizada da seguinte forma:

	Controladora e consolidado		
	Custo histórico	Depreciação/amortização	Líquido
Em 31 de Dezembro de 2008	2.110.842	(474.208)	1.636.634
Adições	157.227	(92.312)	64.915
Baixas	(8.006)	2.444	(5.562)
Em 31 de Dezembro de 2009	<b>2.260.063</b>	<b>(564.076)</b>	<b>1.695.987</b>

Destas adições, aproximadamente R\$ 25.000 (31 de dezembro de 2008 – aproximadamente R\$ 34.700) referem-se a aquisições à prazo de bens da controladora indireta VALE.

## 6.12 – b) Intangível

	Controladora e consolidado				
			31/12/2009	31/12/2008	
	Taxas médias anuais de amortização	Custo histórico	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de Concessão	4,7%	43.169	(8.885)	34.284	36.332
Softwares adquiridos	20,0%	18.172	(14.746)	3.426	4.784
		<b>61.341</b>	<b>(23.631)</b>	<b>37.710</b>	<b>41.116</b>

No trimestre findo em 30 de setembro de 2005, com a autorização da ANTT para a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrobán, a Companhia reclassificou do ativo circulante e do realizável a longo prazo para o ativo imobilizado o montante de R\$ 72.939, anteriormente denominado adiantamento para aquisição de direito de operação. Deste montante, R\$ 29.770 foram segregados em contas do ativo imobilizado em operação, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e R\$ 43.169 foram classificados como Direitos de Concessão, por se referir à mais valia paga pela Companhia para operar o trecho denominado Malha Paulista.

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está sumarizada da seguinte forma:

	Controladora e consolidado		
	Direitos de concessão	Softwares adquiridos	Total
Em 31 de Dezembro de 2008	36.332	4.784	41.116
Baixas		(10)	(10)
Amortização	(2.048)	(1.348)	(3.396)
Em 31 de Dezembro de 2009	<b>34.284</b>	<b>3.426</b>	<b>37.710</b>



### 6.13 – Arrendamentos e concessões a pagar

	Controladora e consolidado	
	2009	2008
Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA		
Arrendamento (a)	27.272	27.010
Concessão (b)	1.435	1.831
	<b>28.707</b>	<b>28.841</b>
Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN (c)		
Arrendamento	2.139	2.179
Concessão	113	115
	<b>2.252</b>	<b>2.294</b>
	<b>30.959</b>	<b>31.135</b>

#### (a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a Rede Ferroviária Federal - RFFSA, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente e foram registrados na rubrica “Arrendamento e concessão pagos antecipadamente”, no ativo circulante e não circulante (realizável a longo prazo), e estão sendo apropriados ao resultado de forma linear pelo prazo de arrendamento. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2009, foram pagas 47 (quarenta e sete) parcelas, sendo a 47ª parcela paga no valor de R\$ 27.192

O arrendamento a pagar é apropriado mensalmente ao resultado com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

#### (b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2008, foram pagas 47 (quarenta e sete) parcelas, sendo a 47ª parcela paga no valor de R\$ 1.431.

A concessão a pagar é apropriada mensalmente ao resultado com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

#### (c) Malha Paulista

O arrendamento e a concessão foram adquiridos pela FERROBAN. Contudo, a FCA participa em 35,595% dessa obrigação, levando-se em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP.

Até 31 de dezembro de 2009, foram pagas 39 (trinta e nove) parcelas do arrendamento e da concessão, sendo a 39ª parcela paga no valor de R\$ 6.420 do arrendamento e R\$ 338 da concessão.





## **6.14 – Receitas Diferidas**

Referem-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

## **6.15 – Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 o capital social está representado por 100.323.961.507.000 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.600.000, mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

## **6.16 – Previdência Complementar**

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

O seguinte plano de benefício é patrocinado pela FCA:

### **(a) Plano de Benefício - FCA**

Consiste em um plano misto de benefícios e foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).





Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2009, 2.827 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2008 – 2.816).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

O resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2009 e de 2008 está assim apresentado:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Valor presente das obrigações atuariais	(1.256)	(676)
Valor justo dos ativos do plano	2.429	1.756
Ativo atuarial	1.173	1.080

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

#### (b) Contribuições da patrocinadora

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Para a formação de reservas técnicas com base em cálculos efetuados por atuário independente, além da contribuição dos empregados, a Companhia contribuiu com R\$ 1.534 no exercício findo em 31 de dezembro 2009 (31 de dezembro de 2007 – R\$ 897).

#### (c) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial anual efetuada para 31 de dezembro de 2009 e de 2008, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:



	2009	2008
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,08% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	10,70% a.a.	11,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,64% até 48 anos 4,5% a partir de 48 anos	7,12% até 48 anos 4% a partir de 48 anos
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,5% a.a.	4,0% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,5% a.a.	4,0% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT83 Male	AT83 Male
Tábua biométrica de entrada em invalidez	3.0 x Álvaro Vindas e AT83 Male	3.0 x Álvaro Vindas e AT83 Male
Taxa de rotatividade esperada	3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos	3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos

## 6.17 – Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2009, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valor da cobertura (milhares)
Responsabilidade Civil Geral	Operação Ferroviária	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 150.000
Responsabilidade Civil Geral	Passageiros do trem turístico/MG	US\$ 5.000
Transportes carga de terceiros (por embarque)	All Risk	R\$ 10.000
Transportes de Importações (por embarque)	All Risk	US\$ 15.000
Vida em Grupo	Empregados	Multisalarial
Acidentes Pessoais	Estagiários	R\$ 10

## 6.18 – Instrumentos Financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.



A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2009 e 2008.

(a) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 2.357 (31 de dezembro de 2008 – R\$ 2.930).

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 8.175 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 8.801).



## 7 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Capítulo 1 – Introdução

A Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) é uma ferrovia movida pela paixão de cerca de 3 mil empregados, transportando as riquezas do Brasil e o trabalho de muitos brasileiros. Usamos a tecnologia para garantir uma operação segura e produtiva. A FCA vai muito além dos trilhos. Buscamos sempre manter um bom relacionamento com os nossos empregados, comunidades onde atuamos e nossos clientes, com responsabilidade sócio-ambiental, gerando desenvolvimento sustentável.

### Perfil Geral

Com nossas 500 locomotivas e mais de 12 mil vagões, nossa malha ferroviária de mais de oito mil quilômetros cruza 316 municípios em sete estados brasileiros (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Bahia e São Paulo) e Distrito Federal. Nosso complexo sistema logístico utiliza tecnologia de ponta para garantir uma operação segura e produtiva, monitorada via satélite.

Principal eixo de conexão ferroviária entre as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, a FCA foi criada, em 1996, com a privatização da Malha Centro-Leste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Em setembro de 2003, a Vale assumiu o controle acionário da FCA, fortalecendo o processo de gestão e recuperação da empresa.

Ferrovia Centro-Atlântica S/A – Mapa de Atuação





Oferecemos a nossos clientes uma estrutura integrada de transporte, possibilitando conexão com os maiores centros consumidores do Brasil e do Mercosul através de soluções intermodais completas, com ligação a outras ferrovias como MRS, Transnordestina, ALL Malha Paulista e Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), acesso a portos nos estados do Espírito Santo, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, estando também presente na área de influência do Terminal Marítimo Inácio Barbosa, em Sergipe.

A FCA conta ainda com duas operações de trens turísticos nos trechos entre as cidades históricas mineiras de Ouro Preto e Mariana e entre São João Del Rei e Tiradentes, resgatando o contexto histórico ligando as estações construídas no século XIX entre fazendas centenárias, rios e montanhas.

A variedade de vagões de que dispomos permite o transporte seguro de produtos diversos. Do interior para o litoral e em sentido inverso, diferentes cargas cruzam o país em nossos trilhos: soja, açúcar, bauxita, calcário, cimento, fosfato, fertilizantes, ferro-gusa, petroquímicos e álcool, entre outros. Em todas as rotas, grandes volumes são transportados por longas distâncias – combinação que caracteriza a eficiência de nosso transporte ferroviário.

Para oferecer ao mercado as melhores soluções logísticas e gerar vantagens competitivas para nossos clientes, colocamos em prática um sólido plano de investimentos em segurança operacional, recuperação e manutenção da via permanente, melhorias tecnológicas, aquisição de vagões e locomotivas, capacitação profissional constante de nossos empregados, respeito ao meio ambiente e ações de relacionamento com as comunidades das regiões em que atuamos.

Assim, exercitamos diariamente nossos princípios de ética e transparência, excelência de desempenho, espírito desenvolvimentista, responsabilidade econômica, social e ambiental, respeito à vida e orgulho de ser FCA.

## **Sumário**

Em 2009, a FCA apresentou resultado positivo pelo terceiro ano consecutivo, com lucro líquido de R\$ 4,2 MM, inferior aos 2 anos anteriores.

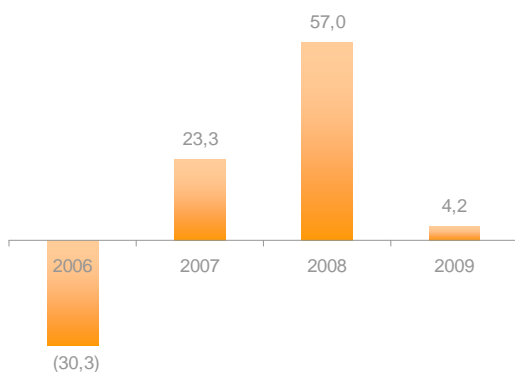
O resultado foi impactado pela queda de volume nos principais clientes dos segmentos de industrializados, insumos da indústria metalúrgica e na importação para a indústria de fertilizantes, pela revisão nas políticas de preços para manutenção de contratos devido ao cenário econômico mundial e pelo volume de chuvas acima da média registrado no período.

Entretanto, nos segmentos agrícola e sucroalcooleiro, houve aumento em relação a 2008, resultado do aumento de volume transportado e priorização de rotas mais rentáveis.

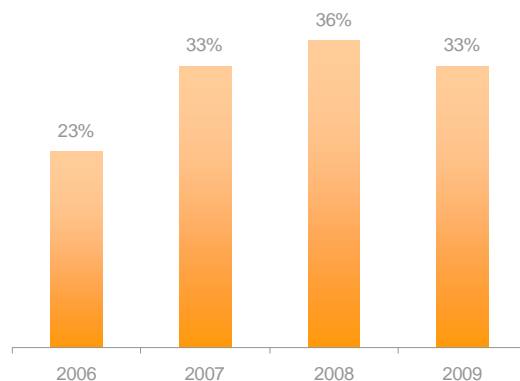
A margem Ebitdar (antes do pagamento de arrendamento e concessão) atingiu R\$ 223,4 milhões em 2009, redução de 17,2% em relação a 2008. Essa margem representa 33% da receita líquida da Companhia, ou 3 pontos percentuais abaixo do resultado obtido em 2008.



**Lucro Líquido (R\$ milhões)**

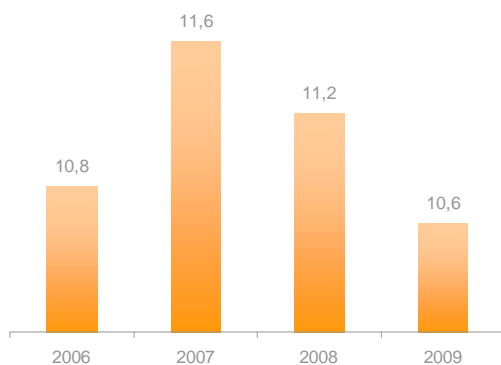


**Margem Ebitdar**

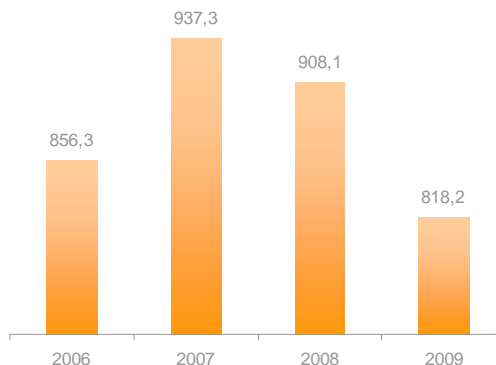


A produção foi de 10,6 bilhões de TKU, 6,2% abaixo da produção de 2008. A receita bruta fechou o ano em R\$ 818,2 MM, 9,9% abaixo em relação a 2008. A redução na receita bruta acompanhou a queda na produção da empresa.

**Produção (Milhões de TKU)**



**Receita Bruta (R\$ milhões)**



As conquistas de 2009, num cenário macro-econômico mundial ainda desfavorável, motivam todo o time da FCA a continuar a busca incessante pelo aumento de sua produtividade e para a obtenção de resultados econômicos e sócio-ambientais expressivos, indispensáveis à melhoria do seu desempenho nos próximos anos.



## **Mensagem do Presidente**

A Ferrovia Centro-Atlântica encerrou o ano com importantes resultados, apesar de um ano marcado pela forte crise econômica mundial, que engrandecem nossa empresa e nos enchem de orgulho por fazer parte desse time.

Em 2009, reduzimos consideravelmente o número de acidentes pessoais e elevamos nosso Padrão de Nível de Serviço (PNS), avançando no sentido de sermos reconhecidos como um seguro e eficiente prestador de serviços logísticos.

Criamos um novo corredor de exportação de grãos provenientes do Noroeste de Minas Gerais, a partir da reativação do ramal e da inauguração do Terminal Intermodal de Pirapora. Formalizamos com o Governo Federal o acordo que viabilizará a Modernização do Trecho Ferroviário entre Horto e General Carneiro – conjunto de intervenções urbanísticas entre Sabará e Belo Horizonte (MG), que beneficiará mais de 250 mil moradores que vivem nos dez bairros da região.

A essas conquistas, somamos ainda ações de melhoria no ciclo, como a redução da pesagem dos vagões. Os novos contratos firmados, os treinamentos das lideranças e a ampliação da equipe de engenheiros ferroviários, entre diversas outras, são evidências claras de que o Sonho FCA está se concretizando.

Somos uma companhia movida a paixão e não temos outro caminho a seguir, senão o do crescimento sustentável. Mas esse sonho de crescimento só faz sentido se for compartilhado por todos. O apoio, o carinho e a paciência dos familiares foram fundamentais para superarmos os desafios de 2009 e, certamente, serão ainda mais importantes para seguirmos firmes em 2010.

**Marcello Spinelli**

Diretor-Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.



## Capítulo 2 – Gente

O ano de 2009 ficará na história da FCA como o ano que se iniciou uma verdadeira revolução no direcionamento dos resultados da empresa. É o marco para as grandes mudanças necessárias para o alcance de metas desafiadoras para nossa empresa.

Para fazer este “trem” mover-se com paixão, firme nos trilhos e de maneira sustentável, é necessário que as pessoas saibam cada vez mais o que precisa e tem que ser feito e, não menos importante, queiram fazer bem feito o que é de suas responsabilidades. É essencial que traduza em atitudes de maneira muito efetiva a busca por resultados e o alinhamento aos direcionadores estratégicos da empresa.

A estratégia primordial definida pela direção da empresa e executada pela área de RH culminou com a implementação de várias ações, entre elas, o programa de Formação de Líderes cujo objetivo é alavancar a formação dos gestores com foco no desenvolvimento das competências de gestão e de liderança. São os líderes que irão influenciar e direcionar as pessoas para o crescimento. Eles dão o tom e imprimem o ritmo que deve ser seguido por todos.

Aliado a este programa, foi intensificada a participação nos Ritos e Curvas de Supervisão e Gerência, ampliando a percepção do papel e das habilidades de liderança.

O Programa de Desenvolvimento dos Empregados foi executado de acordo com as necessidades apontadas, suprimindo os principais *gaps* de competência. Com relação à formação técnica, destacamos a unidade móvel de treinamento, equipada com simuladores de última geração e alta tecnologia, que percorreu a ferrovia, levando conhecimento aos operadores de todas as regionais.

Quanto aos Programas de Fomento e Formação de Mão-de-Obra, destacamos a implementação do Programa de Aprendiz, com a contratação de 89 novos alunos em toda a FCA, para suprir vagas voltadas para as áreas de operação e manutenção. O objetivo é prover a empresa de pessoas com formação específica nas tecnologias próprias da empresa e valorizar as comunidades nas quais a FCA está inserida.

O Programa Trainee trouxe para a FCA 21 novos profissionais para suas diversas áreas: Operação, Manutenção, Recursos Logísticos, Financeira, Comercial, RH e Marketing. Durante os primeiros 9 meses de 2010, os trainees participarão de visitas técnicas nas áreas operacionais e estudos com os parceiros: INDG, FDC, PUC-MG e Instituto Ilos. Um grande diferencial do programa é a premiação com bolsa integral de especialização na Fundação Dom Cabral para os autores dos 5 melhores projetos apresentados.

Desenvolvemos também o Programa de Engenheiros Ferroviários, que ofereceu, em parceria com a PUC-MG, um curso com foco em operação, manutenção e gestão ferroviária. Foram 10 semanas de duração, em período integral, que culminou na contratação de 26 engenheiros participantes. O objetivo é contribuir para aquisição de conhecimentos e habilidades específicas em transportes ferroviários, abrangendo conceitos, ferramentas e metodologias de apoio à gestão.

O Programa de Estagiários deu oportunidade a 56 estudantes de diversas instituições de ensino. Além disto, a empresa contratou 220 pessoas, para repor *turnover* normal e atender a necessidade de novos postos de trabalho.



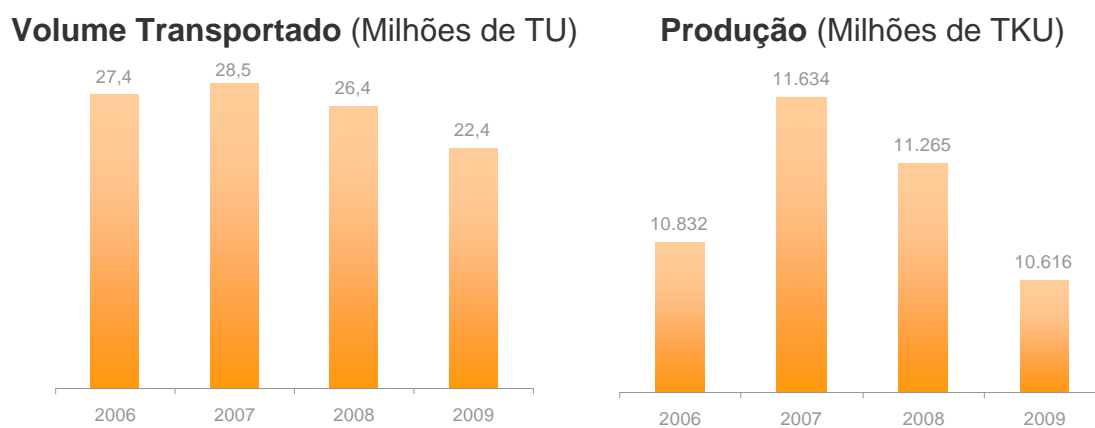


## Capítulo 3 – Desempenho Operacional

### Produção

Em 2009, a produção foi de 10,6 bilhões de TKU, 6,2% abaixo da produção de 2008. O volume transportado foi de 22,4 milhões de TU, 15,4% menor que 2008.

Ao longo do ano, os segmentos de siderurgia e industrializados enfrentaram uma elevada retração, reduzindo também o serviço de transporte realizado pela ferrovia. Do volume confirmado no início de 2009, o realizado foi 6,0% menor.



### Investimentos

Em 2009, os investimentos da empresa foram de R\$ 138,2 milhões. Os recursos foram priorizados na aquisição de locomotivas e vagões, em manutenção e modernização de ativos operacionais, investimento em segurança e meio ambiente:

- Aquisição de 12 locomotivas e 120 vagões da Vale;
- Manutenção de trechos não operacionais;
- Modernização de vagões;
- Manutenção e melhorias da via permanente, tais como remodelação de trilhos;
- Instalação de computadores de bordo em locomotivas;
- Microprocessamento de locomotivas;
- Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

### Melhorias

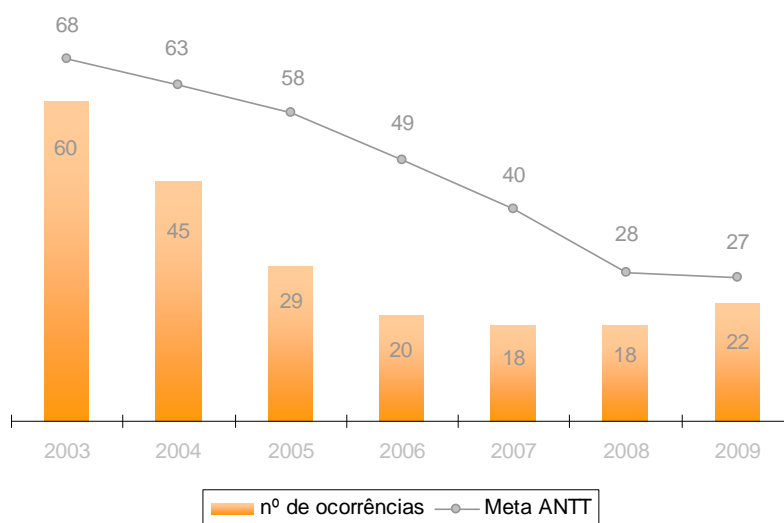
Em 2009, o número de acidentes por milhão de trens-quilômetro passou de 17,68 para 22,80. O aumento de 28,9% deveu-se à interferência de terceiros na operação ferroviária, condutores de veículos e pedestres que desrespeitaram o Código Nacional de Trânsito e provocaram abalroamentos e atropelamentos.

Durante todo o ano, foram realizados investimentos para melhorar o nível de segurança das operações ferroviárias realizadas pela FCA. As principais ações foram:



- Implantação do computador de bordo (OBC) nas principais rotas;
- Instalação de detectores de descarrilamento na via;
- Implantação/melhorias no sistema de apuração de ocorrências; e
- Implantação do CCE (Centro de Controle de Emergências).

### Ocorrências Ferroviárias (Ocorrências / Milhão de Trem-km)



### Redução de Custos

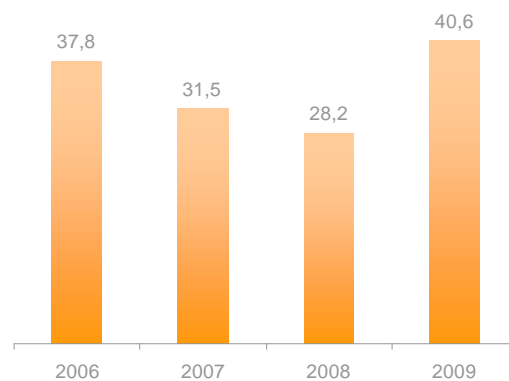
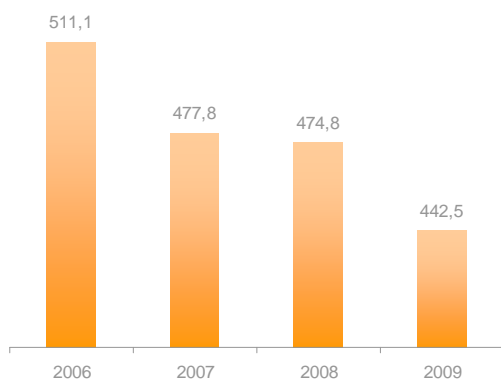
Os custos operacionais foram de R\$ 442,5 milhões, 6,8% menores em relação a 2008. Entretanto, as despesas com vendas, gerais e administrativas tiveram um acréscimo relevante, passando de R\$ 28,2 milhões em 2008 para R\$ 40,6 milhões em 2009, sendo o principal impacto decorrente do início da cobrança dos serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

Em 2009, foram realizadas algumas ações para redução dos custos da companhia:

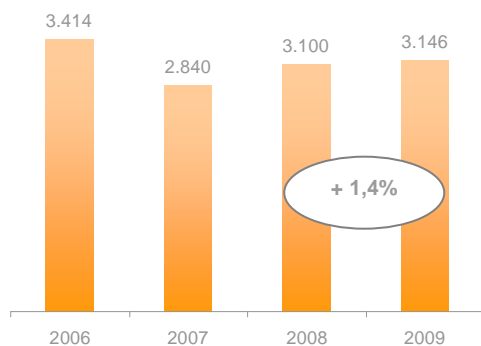
- Renegociação dos contratos de prestação de serviços;
- Revisão de processos e atividades da área operacional;
- Gestão matricial de custos; e
- Primarização dos processos de manutenção mecânica, permitindo redução da força de trabalho.

**Custo Operacional (R\$ milhões)**

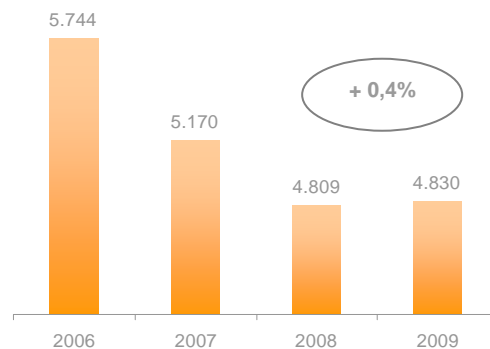
**Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (R\$ milhões)**



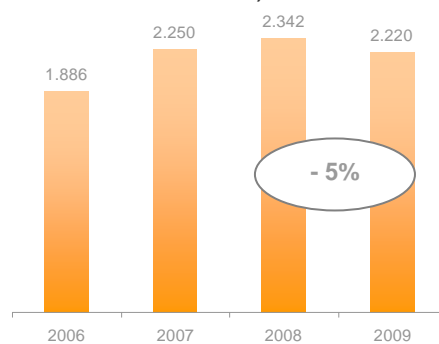
### Pessoal Próprio - QLP



### Pessoal Próprio + Terceiros - QLPT

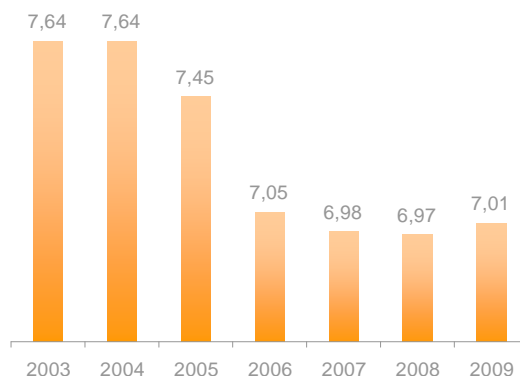


### Produtividade de Efetivo (TKU / QLP)





### Eficiência Energética (Litros / kTKB)



Em 2009, a eficiência energética se manteve praticamente estável, com impacto negativo devido ao menor volume de carga de retorno no corredor Centro e Paulista, que fez com que os trens circulassem mais tempo vazios.

Por outro lado, algumas ações iniciadas em 2009 trarão ganhos em 2010, como a implantação do sistema de computador de bordo e o consequente acompanhamento da condução econômica dos maquinistas.

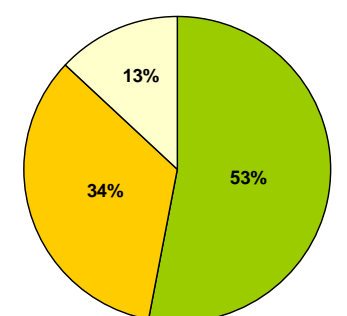
As medidas tomadas nos últimos anos, para reduzir os custos e melhorar a produtividade, permitiram o aumento de rentabilidade, levando a FCA a se posicionar mais agressivamente em mercados competitivos, garantindo assim condições reais para buscar um maior crescimento em 2010.



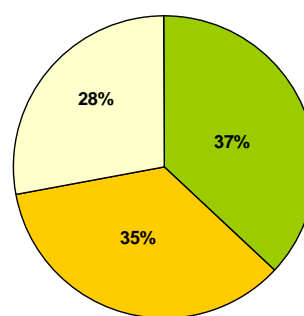
## Capítulo 4 – Desempenho Comercial

A companhia tem, como principal portfólio, o transporte ferroviário de grãos agrícolas e produtos industrializados. A localização estratégica da FCA no território nacional faz com que seus serviços sejam uma importante opção logística para a economia brasileira.

**Receita Líquida** (R\$ 678,6 milhões)      **Volume Transportado** (22,4 milhões de t)



■ Agricultura ■ Industrializados ■ Outros



■ Agricultura ■ Industrializados ■ Outros

Além dos grãos agrícolas e produtos industrializados, pela malha da FCA são também movimentadas mercadorias diversas como produtos siderúrgicos, calcário e outros insumos da indústria metalúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo, tendo pequena representatividade na receita da companhia.

A integração da malha da FCA com a EFVM e os portos de Vitória (ES) representa um grande diferencial competitivo. Este diferencial teve papel fundamental no crescimento do transporte do setor agrícola no ano de 2009.

Em 2009, a receita líquida caiu 9,5% em função do cenário desfavorável mundial, o que ocasionou queda de volume nos principais clientes do segmento de industrializados e insumos da indústria metalúrgica. Houve também queda de volume na importação para a indústria de fertilizantes.

A forte crise do setor siderúrgico afetou negativamente o transporte de insumos e produtos acabados para o setor, com queda de 16,3% em receita líquida e 28,0% em volume transportado.

### Agricultura

No segmento Agricultura, a FCA obteve em 2009 uma receita de R\$ 359,7 milhões, ganho de 4,3% sobre o resultado do ano anterior. O volume transportado atingiu 8,4 milhões de toneladas, ganho de 3,7% em relação a 2008. O preço médio aumentou 2,4%, refletindo a priorização de rotas mais rentáveis.

Os principais produtos transportados nesse segmento são: soja, milho, farelo de soja, fertilizantes e açúcar.



O transporte de soja, milho e farelo somou 4,9 milhões de toneladas, aumento de 6,2% em relação a 2008, mesmo com o volume do segundo semestre aquém do esperado. A FCA transportou 10,3% das exportações brasileiras de soja, farelo e milho.

O volume movimentado de açúcar a granel cresceu 43,8% em 2009, atingindo 1,3 milhão de toneladas. O market share no segmento teve um crescimento de 5,8% em relação a 2008.

No ano de 2009, a importação de fertilizantes teve uma redução de 37,9% devido ao alto estoque acumulado no ano de 2008.

Em 2009, as obras de revitalização da linha entre Corinto e Pirapora foram concluídas. Esse investimento iniciou a consolidação de um novo corredor de exportação, tendo sido transportados 226 mil toneladas, representando receita de R\$ 6,4 milhões no ano. Este corredor já tem previsão de atendimento de novas cargas para o ano de 2010, como a indústria de fertilizantes e a indústria do cobre.

## **Industrializados**

No segmento de Industrializados, a FCA obteve em 2009 uma receita de R\$ 230,7 milhões, com volume transportado de 7,7 milhões de toneladas. As perdas de 25,1% na receita e 25,9% no volume transportado deveram-se principalmente aos efeitos da crise no transporte de matéria-prima para clientes do segmento, que impactou negativamente a demanda no ano de 2009. O destaque positivo foi no transporte de álcool para o mercado interno, que cresceu 75,2% em volume e 43,9% em receita em relação ao ano anterior.

## Capítulo 5 – Responsabilidade Social

A FCA acredita na prática da responsabilidade social e trabalha visando o bom relacionamento com os municípios em que opera. A convivência harmônica, pautada no diálogo social, contribui para o bem-estar das comunidades ao longo da ferrovia.

A empresa promove a construção de programas e atividades para fomentar o desenvolvimento social e cultural das comunidades, tendo como principal foco a segurança. Dentre os programas que a FCA desenvolve, destacam-se o “Cidadania nos Trilhos” e o “Conexão Comunidade”, que promovem ações socio-educativas e de fomento cultural com informações e dicas de segurança para os cidadãos.

O Alô Ferrovias, outro exemplo do esforço por um diálogo aberto e transparente, é mais um canal de comunicação à disposição da comunidade. Ele esclarece dúvidas, recebe denúncias e sugestões dos cidadãos. Seu atendimento é 24 horas por dia, através do número 0800 285 7000.

### Conexão Comunidade 2009 – Trilhas da Cultura

Em 2009, a FCA, em parceria com a Planeta Cultura e Sustentabilidade, iniciou o módulo Trilhas da Cultura inaugurando assim as ações do programa Conexão Comunidade.

Foram promovidas várias apresentações artísticas em pontos de convergência como praças públicas, ginásios de escolas municipais e estaduais, entre outros locais, nas seguintes cidades: Passagem de Mariana, Mariana, Ouro Preto, Betim, Contagem, Sabará, Várzea da Palma, Lassance, Santa Luzia, Itaúna, Divinópolis e Uberaba.

As apresentações tiveram como objetivo levar espetáculos cênico-musicais de qualidade para crianças e adultos e transformar cada apresentação em uma grande celebração da alegria, além de levar dicas de segurança visando uma convivência mais segura com a ferrovia. O trabalho de arte e acabamento foram destaques, além da realização de oficinas nos municípios.







A FCA tem a prática de realizar campanhas de sensibilização em todas as regiões onde atua. Ao longo de toda sua malha ferroviária são realizadas *blitzen* educativas, distribuídos panfletos e cartazes com dicas de segurança, além da realização de reuniões com a comunidade.

A empresa entende a importância de se manter relações de confiança e sempre busca uma postura ética e transparente para alcançar o diálogo sincero e receptivo com toda população. Esperamos, assim, que comunidade e empresa sejam parceiras, para juntas construir uma convivência harmônica, sempre priorizando o bem-estar e a segurança de todos.

## **Meio Ambiente**

A FCA é uma empresa consciente e, para que sua operação seja a mais correta possível em termos ambientais, faz investimentos contínuos em sua área de atuação.

No ano de 2009, foi aplicado o modelo de gestão para cumprimento da política ambiental da empresa. Para isso, a FCA investiu recursos a fim de aprimorar a gestão de resíduos e recursos hídricos, minimizar ruídos, cumprir compromissos assumidos com o IBAMA no licenciamento ambiental, investigar os potenciais passivos e remediar as áreas já diagnosticadas.

Para aprimorar a gestão de resíduos, a FCA investiu R\$ 1,1 milhão na realização de depósitos intermediários de resíduos, aquisição de caçambas *roll-on roll-off* e na aquisição de balanças e destinação final adequada dos resíduos. A prática da gestão sistêmica permite minimizar a geração e maximizar a reutilização dos resíduos, reduzindo custos e beneficiando o meio ambiente.

Na gestão de recursos hídricos, a FCA implantou fossas sépticas, realizou a segregação de redes pluviais e de efluentes nas principais oficinas, instalou diversos hidrômetros para acompanhar o consumo de água, adquiriu dosadores de cloro e realizou adequações nos sistemas de tratamento de efluentes. Temos monitoramento dos parâmetros para lançamentos dos efluentes e tratamento dos desvios encontrados. O investimento foi de R\$ 2,6 milhões.

O processo de licenciamento ambiental conduzido pela FCA considera aspectos e impactos ambientais decorrentes da atividade da malha ferroviária e dos pontos de apoio, como postos e oficinas. Contempla o detalhamento das tarefas realizadas e seus aspectos ambientais, diagnóstico e análise dos impactos ambientais, indicando ações e programas de controle e mitigação a serem instituídos.

Para as obrigações apresentadas nos estudos e planos básicos ambientais protocolados no IBAMA, a FCA investiu R\$ 3,6 milhões na adequação dos postos e oficinas, sendo R\$ 1,4 milhão correspondente aos itens exigidos somente nos estudos ambientais.





Verificou-se que a FCA evoluiu no atendimento aos requisitos da ISO 14.001. No tratamento das não conformidades a FCA investiu R\$ 2,2 milhões. Ressalta-se que todas não conformidades são coincidentes aos itens realizados pelas exigências nos estudos, inseridos nos processos de licenciamento.

### **Audidores Independentes**

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada pelo Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

Belo Horizonte, 10 de Fevereiro de 2010.

A Administração



## **8 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES**

### **Conselho de Administração**

Marcello Magistrini Spinelli

**Presidente**

Elton de Campos Pássaro

Luiz Gustavo Gouvêa

Rômulo Lourencini Rovetta

Adílson Cesar de Paula Alonso do Carmo

Said Helou Filho

### **Diretoria**

Marcello Magistrini Spinelli

**Diretor-Presidente**

Marcus Vinícius de Faria Penteado

**Diretor Financeiro**

Paulo Fernando Pagliaroni

**Diretor de Recursos Logísticos**

Silvana Alcântara de Oliveira

**Diretora de Desenvolvimento de Negócios**

Rodrigo Saba Ruggiero

**Diretor Operacional**

Fabiano Bodanezi Lorenzi

**Diretor Comercial**

Fabio Stewson de Souza

**Contador**

CRC-MG 45.913/O-6



## 9 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



### Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas  
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

PricewaterhouseCoopers  
Rua dos Inconfidentes, 1190 9º  
30140-120 Belo Horizonte, MG - Brasil  
Caixa Postal 289  
Telefone (31) 3269-1900  
Fax (31) 3261-6900  
[www.pwc.com/br](http://www.pwc.com/br)

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (a "Companhia") e os balanços patrimoniais consolidados da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto), dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto), os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações da Companhia referentes aos exercícios findos nessas datas, bem como os resultados consolidados das operações, os fluxos consolidados de caixa e os valores consolidados adicionados nas operações desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2010

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

  
Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira  
Contador CRC 1RJ056588/O "S" MG



## **DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Sapucaí, 383, inscrita no CNPJ sob nº 00.924.429/0001-75 (“**FCA**”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“**INSTRUÇÃO**”), declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente as demonstrações financeiras da FCA e referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FCA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2010.

---

Marcello Magistrini Spinelli  
Diretor-Presidente e Relações com  
Investidores

---

Marcus Vinícius de Faria Penteado  
Diretor Financeiro

---

Paulo Fernando Pagliaroni  
Diretor de Recursos  
Logísticos

---

Silvana Alcântara de Oliveira  
Diretora de Desenvolvimento  
de Negócios

---

Rodrigo Saba Ruggiero  
Diretor Operacional

---

Fabiano Bodanezi Lorenzi  
Diretor Comercial



## **PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

Senhores Acionistas,

A Administração da Ferrovia Centro Atlântica S/A (FCA), em conformidade com o disposto no artigo 192 da Lei 6.404 (com nova redação dada pelas leis 10.303 e 11.638), vem apresentar a Assembléia Geral de Acionistas proposta para destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

O lucro líquido do exercício, evidenciado na Demonstração de Resultado, foi de 4.216.315,88 (quatro milhões, duzentos e dezesseis mil, trezentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), consoante os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); para o qual se propõe a seguinte destinação:

### **I – PREJUÍZOS ACUMULADOS**

Em conformidade com parágrafo 1º do artigo 26, capítulo IV do Estatuto Social, do lucro do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados.

Desta forma o lucro líquido do exercício de R\$ 4.216.315,88 (quatro milhões, duzentos e dezesseis mil, trezentos e quinze reais e oitenta e oito centavos) será aplicado na dedução dos Prejuízos acumulados de R\$ 1.201.290.782,19 (um bilhão, duzentos e um milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos).

### **I – RESUMO**

A presente proposta contempla a seguinte destinação do lucro líquido do exercício de 2009:

	R\$
Prejuízos acumulados até o exercício de 2008	(1.201.290.782,19)
Lucros Líquido do Exercício do 2009	4.216.315,88
Prejuízos acumulados até o exercício de 2009	(1.197.074.466,31)

Ante o exposto vimos submeter aos senhores acionistas a presente proposta.

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2010.

Marcello Magistrini Spinelli  
Diretor-Presidente e Relações com Investidores

Marcus Vinícius de Faria Penteado  
Diretor Financeiro

Paulo Fernando Pagliaroni  
Diretor de Recursos  
Logísticos

Silvana Alcântara de Oliveira  
Diretora de Desenvolvimento  
de Negócios

Rodrigo Saba Ruggiero  
Diretor Operacional

Fabiano Bodanezi Lorenzi  
Diretor Comercial

**Anexo à Proposta de Destinação dos Resultados**  
**Referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009**

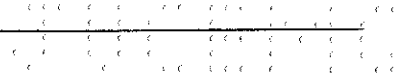
Nos termos do Art. 9º, § 1º, inciso II e do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, destacamos o seguinte:

DESCRIÇÃO	DADOS
1. Lucro Líquido referente ao exercício social de 2009	<u>R\$</u> 4.216.315,88.
2. Montante dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados	Não aplicável
3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	Não aplicável
4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	Não aplicável
5. Remuneração do exercício deduzidos os juros sobre o capital próprio declarados	Não aplicável
6. Montane dos Dividendos e dos Juros sobre o capital próprio já declarados e data dos respectivos pagamentos	Não aplicável
7. Fornecer tabela comparativa indicando lucro líquido e dividendo e juros sobre o capital próprio do exercício dos 3 (três exercícios anteriores) por ação de cada espécie e classe	Não aplicável
8. Destinação de lucros à reserva legal	<p>Detalhamento da forma de cálculo da reserva legal:</p> <p>Nos termos do artigo 26º § 1º do Estatuto social: do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão:</p>

	<p>imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão:</p> <p>a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos;</p> <p>Esta reserva limita-se ao limite de 20% do capital social, por força do disposto no art. 193 da Lei nº 6404/76.</p> <p>Tal reserva pode deixar de ser constituída no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital (art. 182 da Lei 6.404/76), exceder 30% do capital social.</p>
<b>9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixo ou mínimos</b>	<p>Descrição da fórmula do cálculo:</p> <p>Nos termos do art. 4º do Estatuto Social, os titulares de ações preferenciais terão direito de participar do dividendo a ser distribuído calculado na forma do Capítulo VI do Estatuto Social com o seguinte critério:</p> <p>a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação;</p> <p>b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea “a”.</p>
<b>10. Dividendo obrigatório</b>	Não aplicável
<b>11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da empresa (a) Informar o montante da retenção; (b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; (c) Justificar a retenção dos dividendos</b>	Não aplicável



<b>12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências (a) Identificar o montante destinado à reserva; (b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) Explicar porque a perda foi considerada provável; (d) Justificar a constituição da reserva</b>	Não aplicável
<b>13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar (a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; (b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva</b>	Não aplicável
<b>14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias (a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) Identificar o montante destinado à reserva; (c) Descrever como o montante foi calculado</b>	Não aplicável
<b>15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital</b>	Não aplicável
<b>16. Destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais</b>	Não aplicável



**Com alterações efetuadas na  
Assembléia Geral Extraordinária  
realizada no dia 15 de Janeiro de 2009.**



## ESTATUTO SOCIAL

### FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.

#### CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1 - A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Artigo 2 - A Companhia tem por objeto:

- a) prestar serviços de transporte ferroviário;
- b) explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão;
- c) explorar os transportes modais relacionados ao transporte ferroviário;
- d) atuar como operador portuário, executando serviços e operações de movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário;
- e) participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos;
- f) executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas nas alíneas anteriores; e
- g) exercer outras atividades que utilizem como base a infra-estrutura da Companhia.

Parágrafo Único - A Companhia, visando a consecução de seus objetivos, poderá, por deliberação de seu Conselho de Administração, participar de outras sociedades.

Artigo 3 - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e





fechar filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do país.

Artigo 4 - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social subscrito é de R\$1.130.198.953,76 (um bilhão, cento e trinta milhões, cento e noventa e oito mil, novecentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), dividido em 100.323.961.507.000 (cem trilhões, trezentos e vinte e três bilhões, novecentos e sessenta e um milhões, quinhentos e sete mil) ações ordinárias, e 66.665.012 (sessenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e doze) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

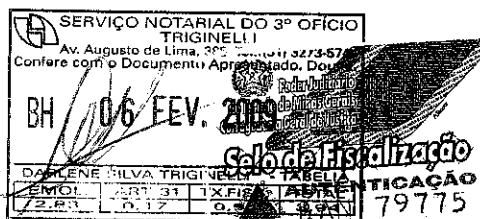
Parágrafo 1º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

Parágrafo 2º - Cada ação ordinária dá direito a 1 (hum) voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais não tem direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento de capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

Parágrafo 4º - Os titulares de ações preferenciais terão direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do Capítulo VI, de acordo com o seguinte critério:

- a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados neste parágrafo correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação; e
- b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea "a".





Parágrafo 5º - É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderá ser efetuada com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço e a instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

Parágrafo 6º - A Companhia poderá emitir certificados ou títulos, simples ou múltiplos, de ações, e, provisoriamente, cautelas que as representem, que serão assinados por 02 (dois) Diretores, admitida a assinatura por chancela mecânica.

Parágrafo 7º - O acionista pagará o custo da substituição dos certificados ou títulos e das cautelas, quando a solicitar.

Parágrafo 8º - É facultado à Companhia suspender os serviços de transferências e desdobramentos de ações e certificados para atender a determinação da Assembléia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante o exercício, e tampouco por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Parágrafo 9º - A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Parágrafo 10º - Na forma do disposto no EDITAL PND/A-03/96/RFFSA, nenhum Acionista poderá deter, direta ou indiretamente, mais de 20% (vinte por cento) da totalidade das ações representativas do capital votante da Companhia, ao longo do prazo da concessão, salvo autorização do Poder Concedente."

Artigo 6 - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização, as características das ações a serem emitidas e o preço da emissão.

Parágrafo único - O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar a opção de compra de ações a seus administradores ou





empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle.

- Artigo 7º - Poderão ser emitidas, sem direito de preferência para os antigos Acionistas, ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição, desde que a respectiva colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou ainda mediante permuta de ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos Artigos 257 a 263 da Lei nº 6404/76.

### CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIA GERAL

- Artigo 8 - A Assembléia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes.
- Artigo 9 - A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada pelo Conselho de Administração e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por seu substituto estatutário, sendo escolhidos, entre os Acionistas presentes, um ou mais secretários.

### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO

#### Seção I - Das Disposições Gerais

- Artigo 10 - Os órgãos de administração da Companhia são o Conselho de Administração e a Diretoria.
- Artigo 11 - Os membros do Conselho de Administração e seus suplentes serão eleitos pela Assembléia Geral e os da Diretoria pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 03 (três) anos, permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

Parágrafo 2º - O mandato dos Diretores é de 02 (dois) anos, permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito

Serviço Notarial do 3º Ofício  
TRIGINELLI  
Av. Augusto de Lima, 385 - Tel.: (31) 3273-6744  
Conforme com o Documento Apresentado. Dou fé.

BH 06 FEV. 2009

DARLENE SILVA TRIGINELLI  
EMOL. ART. 31 2.83 0.17 0.04 3.04

Autenticação  
BAN 79777



depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

Artigo 12 - A remuneração dos administradores será fixada individual ou globalmente pela Assembléia Geral, que poderá delegar ao Conselho de Administração sua alocação.

Artigo 13 - A substituição dos administradores far-se-á de acordo com as seguintes regras:

a) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, inclusive do Diretor-Presidente, as funções do Diretor ausente ou impedido serão acumuladas por outro Diretor, por designação do Diretor ausente. Em caso de impedimento ou na falta de indicação pelo Diretor ausente do substituto temporário, este será indicado pelo Diretor-Presidente;

b) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído pelo respectivo suplente, sendo que, na ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, será o mesmo substituído pelo Conselheiro indicado pelo Presidente, efetivando-se o suplente do Presidente na condição de Conselheiro;

c) no caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, inclusive o de Diretor-Presidente, as suas funções serão exercidas cumulativamente pelo Diretor para esse efeito indicado em reunião de Diretoria, que exercerá tais funções até a primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir a vacância.

d) no caso de vacância de qualquer cargo do Conselho de Administração, será o mesmo exercido pelo respectivo suplente, sendo que, na vacância do Presidente, caberá aos membros do Conselho de Administração designarem, dentre os demais, o Conselheiro que exercerá suas funções até a primeira Assembléia Geral, efetivando-se o suplente do Presidente substituído na condição de Conselheiro.

## Seção II - Conselho de Administração

Artigo 14 - O Conselho de Administração será composto de 5 a 9 membros efetivos e respectivos suplentes, todos necessariamente acionistas.





Parágrafo 1º - O Conselho de Administração será presidido por um de seus membros, indicado pela Assembléia que os elege.

Parágrafo 2º - Na forma do disposto na Edital PND/A-03/96/RFFSA, 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia será eleito, em votação em separado, por indicação dos seus empregados, reunidos ou não em condomínio, sociedade ou clube de investidores, independente de sua participação no capital social.

Artigo 15 - O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada quatro meses em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 08 (oito) dias, e os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados com uma antecedência de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único - O Presidente deverá convocar o Conselho de Administração quando tal pedido, devidamente fundamentado, com indicação da matéria a tratar, lhe for apresentado:

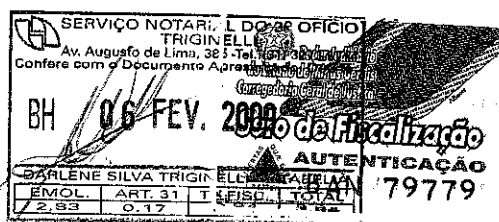
- a) por pelo menos dois Conselheiros;
- b) pelo Diretor-Presidente;
- c) pelo Presidente do Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Artigo 16 - O Conselho de Administração funciona com a presença da maioria de seus membros, e delibera por maioria de votos.

Parágrafo Único - Qualquer membro do Conselho de Administração poderá se fazer assessorar por profissionais de sua livre escolha nas reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 17 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) eleger e destituir os Diretores da Companhia, indicando, por proposta do Diretor-Presidente, aquele que acumulará as funções de Relações com o Mercado;
- b) deliberar sobre a proposta do Diretor-Presidente sobre as áreas de atuação dos demais Diretores;







c) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais de comercialização, gestão administrativa de pessoal e financeira, de aplicação de incentivos fiscais e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas;

d) aprovar planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais;

e) autorizar contribuições da Companhia para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas;

f) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

g) convocar a Assembléia Geral;

h) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e demonstrações financeiras e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;

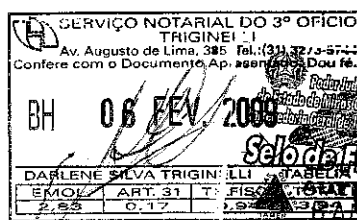
i) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;

j) autorizar a negociação pela Companhia de ações de sua própria emissão, e a emissão, conversão, resgate antecipado e demais condições de debêntures, conversíveis ou não, "commercial papers", bônus e demais títulos destinados a distribuição primária ou secundária em mercado de capitais;

k) escolher e destituir os auditores independentes;

l) autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia, em uma ou mais operações sucessivas no curso de 12 (doze) meses consecutivos, de valor agregado superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido atualizado;

m) fixar as condições gerais de celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores ou sociedades controladas ou controladoras de seus acionistas controladores, qualquer que seja o valor, ou autorizar a celebração dos contratos que não atendam a estas condições;



- n) autorizar operações financeiras e comerciais ativas e passivas de valor superior ao que for determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;
- o) autorizar atos que importem em outorga de garantias de qualquer espécie em favor de terceiros ou que importem em renúncia de direito;
- p) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembléia Geral;
- q) deliberar sobre a constituição de sociedades ou a participação da Companhia em outras entidades, bem como sobre quaisquer participações ou investimentos em negócios estranhos ao objeto social, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;
- r) aprovar a alienação, arrendamento ou outra forma de disposição dos direitos de Concessão da Companhia;
- s) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia, salvo nos casos de paralisação para manutenção em seus equipamentos rodantes;
- t) avocar a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração acima, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;
- u) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto;
- v) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração terá um Secretário Executivo, que terá a incumbência de preparar e distribuir os documentos que suportarem as matérias da ordem do dia e lavrar as atas.

Serviço Notarial do Escritório  
TRIGINELLI  
Av. Augusto de Lima, 385 Tel. (51) 422.1111  
Confere com o Documento Apresentado

BH 06 FEV. 2009

Selo de Fiscalização  
AUTENTICAÇÃO  
BAN 79781

DARLENE SILVA TRIGINELLI - TABELA

EMOL.	ART. 31	TX.FISC.	TOTAL
2,83	0,17	0,94	3,94



### Seção III - Diretoria

Artigo 18 - A Diretoria é composta de dois a seis membros, sendo um Diretor-Presidente e os demais com a designação que vier a ser dada pelo Conselho de Administração, por proposta do Diretor-Presidente.

Artigo 19 - A Diretoria reúne-se sempre que convocada pelo Diretor-Presidente.

Artigo 20 - Nos atos e instrumentos que acarretarem responsabilidade para a Companhia, será ela representada por dois Diretores. Dentro dos limites fixados pela Diretoria, a Companhia poderá ser representada por um Diretor agindo em conjunto com um procurador ou por dois procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos.

Parágrafo 1º - A Diretoria poderá delegar, inclusive nas obrigações a serem assumidas no exterior, a um só Diretor ou a um procurador, a representação da Companhia, nos termos e limites que a Diretoria vier a fixar.

Parágrafo 2º - As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por dois Diretores e conterão os poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicia et extra*, que a Diretoria houver autorizado em cada caso.

Artigo 21 - Compete aos Diretores, isoladamente e em colegiado, assegurar a gestão permanente dos negócios sociais e dar execução às deliberações do Conselho de Administração.

Artigo 22 - Compete, em especial, à Diretoria, atuando em colegiado:

a) submeter ao Conselho de Administração a estrutura básica de organização da Companhia, bem como definir as atribuições das várias unidades da mesma;

b) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto neste Estatuto;

Serviço Notarial do 3º Ofício  
TRIGINELLI  
Av. Augusto de Lima, 385 - Tel.: (31) 3273-6774  
Confere com o Documento Apresentado

BH 06 FEV. 2009

DARLENE SILVA TRIGINELLI - TABELIA

EMOL.	ART. 31	TX. FISC.	TOTAL
2,93	0,17	0,94	3,94

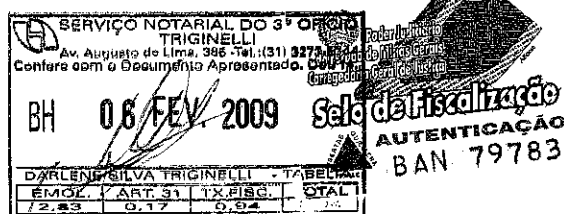
Selo de Fiscalização  
AUTENTICAÇÃO  
BAN 79782



- c) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia;
- d) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento;
- e) submeter ao Conselho de Administração o plano de cargas e salários e o quadro de pessoal da Companhia;
- f) submeter ao Conselho de Administração as normas relativas às contratações;
- g) submeter à prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração as operações relativas a investimentos e financiamentos, no país ou no exterior;
- h) submeter ao Conselho de Administração todos os atos que envolvam responsabilidade para a Companhia, obedecido o limite disposto em delegação específica que, nesse sentido, vier a ser emanada em ato daquele colegiado;
- i) preparar e propor ao Conselho de Administração os atos que sejam da competência deste e os que deva submeter à Assembléia Geral;
- j) elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos a apresentar a Assembléia Geral;
- k) decidir sobre a abertura, transferência ou encerramento de escritório, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia;
- l) autorizar a constituição de procuradores, definindo-lhes os poderes;
- m) aprovar as instruções a serem dadas aos representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das sociedades em que detenha participação acionária;
- n) exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto.

**Artigo 23 - Compete ao Diretor-Presidente:**

- a) exercer a direção da Companhia, coordenando as atividades dos Diretores;





- b) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação e a designação de cada Diretor;
- c) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos;
- e) representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, inclusive em suas relações com o governo e entidades privadas;
- f) propor à aprovação da Diretoria a estrutura básica da Companhia e as atribuições das várias unidades da mesma;
- g) supervisionar, com a colaboração dos demais Diretores, as atividades de todas as unidades da Companhia;
- h) indicar, para aprovação da Diretoria, os representantes da Companhia nas entidades e nas sociedades e associações das quais a Companhia participe;
- i) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto.

Artigo 24 - Compete aos demais Diretores:

- a) exercer os poderes e as atribuições que lhes foram conferidas pela lei, pelo Conselho de Administração e pelo Diretor-Presidente, cumprindo os objetivos, planos e políticas traçados em relação à sua área de atuação específica;
- b) supervisionar as unidades da Companhia incluídas em sua área de atuação específica, colaborando com o Diretor-Presidente quanto à supervisão das demais unidades.

## CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 25 - O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, não terá funcionamento permanente e será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, todos residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos.



P-1



Parágrafo 1º-A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, observado o limite mínimo legal.

Parágrafo 2º-O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião.

Parágrafo 3º-O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno aprovado pela primeira Assembléia Geral que deliberar sua instalação.

Parágrafo 4º-O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes. Das reuniões lavrar-se-ão atas, em livro próprio.

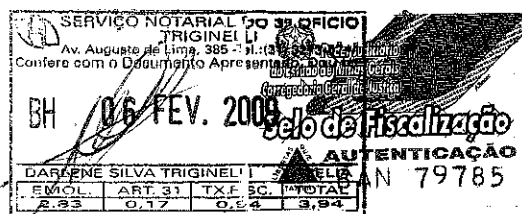
## CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 26 - O exercício social coincidirá com o ano civil. Em 31 de dezembro de cada ano, serão levantadas as demonstrações financeiras, de acordo com o disposto na Lei de Sociedade por Ações e demais dispositivos legais aplicáveis.

Parágrafo 1º - Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos;
- b) um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6404/76;
- c) o saldo será destinado a uma reserva para a expansão dos negócios sociais e realização de novos investimentos, até o limite do capital social.

Parágrafo 2º - O valor dos juros, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, § 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório e ao dividendo prioritário das ações preferenciais,





integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais.

Artigo 27 – O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

Artigo 28 - Os dividendos e os juros sobre capital próprio de que trata o Parágrafo 2º do artigo 26 serão pagos nas datas e locais indicados pela Diretoria e, quando não reclamados, dentro de 03 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

## CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 29 - A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente da Assembléia Geral abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

## CAPÍTULO VIII - LIQUIDAÇÃO

Artigo 30 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

Atesto que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro próprio.

Belo Horizonte, 15 de Janeiro de 2009.

Christiano Pazzini  
Secretário



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO QUE ESTE DOCUMENTO FAZ PARTE INTEGRANTE  
DO PROCESSO ARQUIVADO EM 18/02/2009  
SOB O NÚMERO 4092449  
NÃO PODENDO SER USADO SEPARADAMENTE.

PROTOCOLO  
090842910

MARINELY DE PAULAMONTE  
SECRETÁRIA GERAL

Serviço Notarial do Estado de Minas Gerais  
Av. Augusto de Lima, 385 - Tel. (31) 3241-1111  
Confere com o Documento Arquivado nº 4092449

BH 06 FEV. 2009

DARLENE SILVA TRIGINEL I - TABELA

EMOL	ART. 31	TX.F	TOTAL
2,63	0,17	0,04	3,84

AUTENTICAÇÃO  
BAN 79788

# FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A

## COMENTÁRIO DOS DIRETORES

### CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2009, era de (R\$ 66.875) enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 30.177. Na mesma data, a dívida totalizava R\$ 129.390.

Em 31 de dezembro de 2008 o patrimônio líquido era de (R\$ 71.092) e a posição de caixa de R\$ 98.274 e a dívida era de R\$ 115.623.

Em 31 de dezembro de 2007 o patrimônio líquido era de (R\$ 128.106) e a posição de caixa de R\$ 111.853.

Os resultados financeiros da Companhia nos períodos de 2008 e 2009 permitiram a Companhia a realizar seus investimentos correntes de capital sem a necessidade de obtenção de recursos externos.

A Companhia até 2007 acumulava prejuízos financiados substancialmente por seus acionistas. Desde então, a administração vem implementando ações visando melhorar a margem operacional da Companhia.

Dados Financeiros Resumidos			
R\$ milhões	2007	2008	2009
Receita Líquida	774,3	749,7	678,6
EBITDAR	254,5	270,3	223,5
Margem EBITDAR	33%	36%	33%
Lucro Líquido	23,4	57,0	4,2
Margem Líquida	3%	8%	1%

Em 2009, o lucro operacional, medido pelo EBITDAR (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, Amortization and Rent) foi de R\$ 223,5 milhões com uma margem operacional de 33% comparada a 36% em 2008 e 33% em 2007.

A Companhia apresentou resultados positivos nos últimos três anos. Em 2009 o lucro líquido foi de R\$ 4,2 Milhões comparados a R\$ 57 Milhões em 2008 e R\$ 23,4 milhões em 2007.

Em 2009, o resultado foi impactado pela queda de volume nos principais clientes dos segmentos de industrializados, insumos da indústria metalúrgica e na importação para a indústria de fertilizantes, pela revisão nas políticas de preços para manutenção de contratos devido ao cenário econômico mundial e pelo volume de chuvas acima da média registrado no período.

Entretanto, nos segmentos agrícola e sucroalcooleiro, houve aumento em relação a 2008, devido ao aumento dos volumes transportados e priorização de rotas mais rentáveis.

### ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social subscrito é de R\$ 1.130.198.953,76 (Hum bilhão, cento e trinta milhões, cento e noventa e oito mil, novecentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), dividido em 100.323.961.507.000 (Cem trilhões, trezentos e vinte e três bilhões, novecentos e sessenta e um milhões, quinhentos e sete mil) ações ordinárias, e 66.665.012 (sessenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e doze) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.600.000.000,00 (Um bilhão e seiscentos milhões de reais) mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.



## FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A

### CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

EBITDA positivo gerado nos últimos 3(três) anos demonstra a capacidade que a Companhia tem para assumir e honrar novos compromissos, visando a execução de investimentos necessários para o seu crescimento.

A administração estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro, sem a necessidade de obtenção de recursos externos.

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

### DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

#### Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro (em R\$ milhares)			
	2007	2008	2009
<b>Ativo</b>			
Circulante	311.478	288.901	249.710
Não circulante	116.857	117.714	129.145
Intangível		41.116	37.710
Imobilizado	1.566.206	1.636.634	1.695.987
<b>Total do ativo</b>	<b>1.994.541</b>	<b>2.084.365</b>	<b>2.112.552</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Circulante	137.198	150.683	175.942
Não circulante	1.985.449	2.004.774	2.003.485
Patrimônio líquido			
Capital social	1.130.199	1.130.199	1.130.199
Prejuízos acumulados	(1.258.305)	(1.201.291)	(1.197.074)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(128.106)</b>	<b>(71.092)</b>	<b>(66.875)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.994.541</b>	<b>2.084.365</b>	<b>2.112.552</b>

#### Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro (em R\$ milhares)			
	2007	2008	2009
Receita líquida de serviços	774.345	749.654	678.608
Custo dos serviços prestados	(667.215)	(682.364)	(662.278)
Despesas administrativas e de vendas	(38.510)	(34.790)	(47.518)
Outras (despesas) receitas	(9.384)	23.713	28.048
<b>Resultado operacional</b>	<b>59.236</b>	<b>56.213</b>	<b>(3.140)</b>
Resultado financeiro	(15.488)	3.256	7.357
<b>Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>43.748</b>	<b>59.469</b>	<b>4.217</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.462)	(2.455)	
<b>Lucro líquido</b>	<b>23.286</b>	<b>57.014</b>	<b>4.217</b>

## **FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A**

### **ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL - 2009 EM COMPARAÇÃO A 2008**

Principais variações nas contas patrimoniais: no ativo circulante a variação está demonstrada pela redução do caixa e equivalentes de caixa, com as aplicações de recursos para a manutenção e modernização de ativos operacionais, acrescida das adições dos tributos federais a recuperar decorrentes de créditos fiscais; no ativo não circulante aumento dos depósitos judiciais decorrentes dos processos recursais trabalhistas; no ativo imobilizado pelas aquisições de locomotivas e vagões e modernização de ativos operacionais; no passivo não circulante aumento das dívidas com partes relacionadas pela compra de serviços e materiais.

### **RESULTADOS DAS OPERAÇÕES - 2009 EM COMPARAÇÃO A 2008**

#### **Receitas**

A receita líquida em 2009 (R\$ 678,6) reduziu 9,5% em relação a 2008 (R\$ 749,7) em função do cenário desfavorável mundial, o que ocasionou queda de volume nos principais clientes do segmento de industrializados e insumos da indústria metalúrgica. Houve também queda de volume na importação para a indústria de fertilizantes. A forte crise do setor siderúrgico afetou negativamente o transporte de insumos e produtos acabados para o setor.

#### **Custos e Despesas**

Os custos dos serviços prestados em 2009 (R\$ 662,3) reduziram em 2,9% em relação a 2008 (R\$ 682,4). Foram realizadas algumas ações para redução: renegociação dos contratos de prestação de serviços; revisão de processos e atividades da área operacional; gestão matricial de custos; e primarização dos processos de manutenção mecânica, permitindo redução da força de trabalho.

A eficiência energética se manteve praticamente estável, com impacto negativo devido ao menor volume de carga de retorno no corredor Centro e Paulista, que fez com que os trens circulassem mais tempo vazios.

#### **Despesas de Vendas e Administrativas**

As despesas com vendas, gerais e administrativas em 2009 tiveram um acréscimo relevante decorrente do início da cobrança dos serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos de suprimentos, financeiro, recursos humanos, TI e jurídico.

#### **Outras despesas/receitas operacionais**

As outras receitas foram impactadas por ajustes de créditos fiscais decorrente das entradas fiscais de materiais e insumos necessários a sua atividade preponderante.

#### **Resultado Financeiro**

A principal variação foi em virtude da atualização monetária dos créditos fiscais conforme descrito no item "outras despesas/receitas operacionais".

## FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A

### ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL - 2008 EM COMPARAÇÃO A 2007

Principais variações nas contas patrimoniais: no ativo imobilizado com a aplicação de recursos para modernização de ativos operacionais; no passivo circulante e não circulante aumento das dívidas com partes relacionadas pela compra de serviços, materiais e/ou bens.

### RESULTADOS DAS OPERAÇÕES - 2008 EM COMPARAÇÃO A 2007

#### Receitas

A receita líquida em 2008 (R\$ 749,7) reduziu 3,2% em relação a 2007 (R\$ 774,3), devido à queda de volume no transporte de grão para exportação pelo porto de Tubarão (ES) e redução, na cadeia da indústria siderúrgica (gusa mercado interno, calcário e aço), nos segmentos de construção e insumos para indústria de fertilizantes.

O desmembramento dos negócios do trem expresso através do *spin-off* da Log-In Logística Intermodal S/A contribuiu para redução na receita líquida de transportes.

#### Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados em 2008 (R\$ 682,4) foram 2,3% maior em relação a 2007 (R\$ 667,2). O principal acréscimo foi no item arrendamento e concessão devido a variação do IGP-DI no período, índice que é base de correção. Já os custos operacionais permaneceram praticamente estáveis em relação a 2007. Para obter este resultado foram realizadas algumas ações: Renegociação dos contratos de prestação de serviços; Revisão de processos e atividades da área operacional; Gestão matricial de custos; Primarização dos processos de manutenção mecânica, permitindo uma redução da força de trabalho. Em relação ao ano anterior, reduziu em 7% em relação ao exercício anterior, resultado da implantação de diversos programas de redução de custos e da revisão de contratos com fornecedores.

#### Despesas de Vendas e Administrativas

As despesas administrativas e de vendas tiveram uma redução de 9,7% em 2008, devido a redução dos gastos com trens turísticos.

#### Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2007 foi impactado por: despesas com CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) extinta em 2008, multa e juros sobre o parcelamento de auto de infração de tributos estaduais decorrente de aproveitamento de créditos fiscais nas aquisições de insumos e de ativo imobilizado.

### COMENTÁRIOS ADICIONAIS – COMPONENTES IMPORTANTES NA RECEITA/ FATORES QUE AFETARAM MATERIALMENTE OS RESULTADOS OPERACIONAIS/IMPACTO DA INFLAÇÃO

Os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado.

A Administração implementou ações visando a melhoria da margem operacional, compreendendo reduções de custos e melhoria de sua eficiência operacional.

As variações nos indicadores macroeconômicos como inflação e câmbio afetaram o preço do diesel, impactando o resultado operacional da Companhia.

### MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, exceto quanto à Lei no. 11.638, em 28 de dezembro de 2007, alterada pela Medida Provisória - MP nº. 449, de 4 de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Esses normativos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565, a Companhia adotou pela primeira vez integralmente e sem ressalva os dispositivos da Lei 11.638 e da Medida Provisória nº 449 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. As demonstrações

## **FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A**

contábeis de 2007, apresentadas de forma conjunta com as de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, vigentes até 31 de dezembro de 2007, conforme permitido pelo pronunciamento técnico, CPC 13. Em linha com esse processo de alinhamento com as práticas internacionais, o Comitê de Pronunciamento Contábeis CPC emitiu até dezembro de 2008, 15 pronunciamentos, ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com vigência a partir do exercício de 2008.

Não houve ressalvas nem ênfases nos pareceres referentes às demonstrações contábeis de 2007, 2008 e 2009

### **POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS**

#### **Concessões e arrendamentos**

O ICPC01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela CVM em dezembro de 2009, que tratar do tema das concessões, terá aplicação para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as de 2010 para fins de comparação. Tendo em vista que a COMPANHIA decidiu por não adotar antecipadamente esse normativo, bem como não concluiu as análises dos impactos dessa nova prática contábil sobre as suas demonstrações contábeis, a Companhia decidiu por manter a prática contábil que vinha adotando em exercícios anteriores.

### **CONTROLES INTERNOS**

A administração é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados relacionados às demonstrações financeiras.

Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras são processos desenvolvidos para oferecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras, divulgadas de acordo normas e princípios contábeis.

A Administração determinou, durante o exercício, a correção das imperfeições na execução de controles internos identificadas pelos auditores independentes em seu relatório circunstanciado, visando garantir a eficácia dos procedimentos contábeis no encerramento do exercício.

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia relacionados às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 e concluiu que os controles internos da Companhia relacionados às demonstrações financeiras são efetivos.

### **INVESTIMENTOS**

Em 2009, os investimentos da empresa foram de R\$ 138,2 milhões. Os recursos foram priorizados na aquisição de locomotivas e vagões, em manutenção e modernização de ativos operacionais, investimento em segurança e meio ambiente:

- Aquisição de 12 locomotivas e 120 vagões da Vale;
- Manutenção de trechos não operacionais;
- Modernização de vagões;
- Manutenção e melhorias da via permanente, tais como remodelação de trilhos;
- Instalação de computadores de bordo em locomotivas;
- Microprocessamento de locomotivas;
- Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

Em 2010, com base nas premissas orçamentárias serão investidos, aproximadamente, R\$ 200 milhões. Os recursos serão aplicados na aquisição de locomotivas, modernização de vagões, manutenção de trechos não operacionais, manutenção e melhorias da via permanente e construção e ampliação de pátios de cruzamento de trens.

## **FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A**

### **FONTES DE FINANCIAMENTO**

As fontes de financiamentos e investimentos provêm principalmente de sua geração de caixa operacional.

### **NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

Em 2009 foi criado um novo corredor de exportação de grãos provenientes do Noroeste de Minas Gerais, a partir da reativação do ramal e da inauguração do Terminal Intermodal de Pirapora, com o objetivo de aumentar o volume e a receita na safra de 2010.



### **13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. *Objetivos da política ou prática de remuneração***

Nossa Companhia não adotou uma política formal de remuneração de administradores. A prática, entretanto, é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte de nossos administradores. À guisa de esclarecimento, todos os nossos administradores integram o quadro de funcionários da nossa controladora Vale S.A., e sua remuneração compõe o quadro de salários e benefícios da referida Sociedade.

**b. *Composição da remuneração***

- (i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um*
- (ii) Proporção de cada elemento na remuneração total*
- (iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*
- (iv) Razões que justificam a composição da remuneração*

A remuneração global é fixada anualmente em assembléia geral, conforme art. 152 da Lei das Sociedades por Ações. Aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é atribuído o pagamento de uma remuneração fixa. Não há pagamento de quaisquer benefícios, verbas de representação ou participação nos resultados da Companhia.

Usualmente, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia renunciam a remuneração a que fariam jus, uma vez que todos administradores ocupam simultaneamente cargos remunerados em nossa controladora Vale S.A.

**c. *Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração***

Não aplicável. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13(a).

**d. *Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho***

Não aplicável. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13(a).

**e. *Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo***

Não aplicável. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13(a).

**f. *Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos***

Nossos administradores integram o quadro de funcionários (mas não de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária) da nossa controladora Vale S.A. Nesta condição, a sua remuneração compõe o quadro de salários e benefícios da referida sociedade.

**g. *Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:***

Não há.

**13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**



A Companhia não registrou no resultado do último exercício social a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria fixada pela Assembleia Geral Ordinária, uma vez que todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia renunciaram aos honorários a que fariam jus na data em que tomaram posse em seus cargos.

<b>Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2010</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
	5 titulares e 1 suplente			
Número de membros		6	-	12
Remuneração fixa anual (em R\$)	-	-	-	78.585,00 <sup>1</sup>
Salário ou pró-labore	-	-	-	78.585,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor da remuneração				

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
	5 titulares e 1 suplente			
Número de membros		6	-	12
Remuneração fixa anual (em R\$)	-	-	-	78.585,00 <sup>2</sup>
Salário ou pró-labore	-	-	-	78.585,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor da remuneração				

<sup>1</sup> O valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia será submetido à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 30/04/2010.

<sup>2</sup> Valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2009. No entanto, conforme já mencionado, o valor não foi reconhecido no resultado da Companhia, uma vez que todos os administradores renunciaram aos honorários a que fariam jus.



**13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Não aplicável. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13(a).

**13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

Não aplicável. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13(a).

**13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

<b>Acionista</b>	<b>Ações detidas diretamente</b>	<b>Ações detidas indiretamente</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração			
Diretoria			
Conselho Fiscal			
<b>Total</b>			

**13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13(a).

**13.7 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social**

Não aplicável. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13(a).

**13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

Não aplicável. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13(a).

**13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "13.6" a "13.8", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável. A remuneração de nossos administradores é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13(a).

**13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

A Companhia não confere aos membros do Conselho de Administração e diretores planos de previdência.

**13.11 Remuneração Média dos Administradores**





Não é possível aferir o valor da remuneração individual dos administradores da Companhia, uma vez que os administradores renunciaram a remuneração a que fariam jus e, desta forma, o Conselho de Administração da Companhia não realizou a alocação da remuneração global aprovada em assembleia geral da Companhia.

**13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia**

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Órgão	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009
Conselho de Administração	100%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	-

**13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

Ressalte-se, entretanto, que nossos administradores integram o quadro de funcionários (mas não de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária) da nossa controladora Vale S.A. Nesta condição, a sua remuneração compõe o quadro de salários e benefícios da referida sociedade.

**13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".